



V SEMINÁRIO REGIONAL Sobre Gestão dos Recursos Hídricos

Recuperação, Conservação e Gestão Ambiental
de Bacias Hidrográficas -
Práticas e Técnicas Inovadoras

VI Fórum do Observatório Ambiental
Alberto Ribeiro Lamego



GESTÃO AMBIENTAL CONCEITOS E PRÁXIS: DESAFIOS PARA DIMINUIÇÃO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Gabriel da Glória Menezes¹ Leticia Cordeiro de Sousa², Esthéfany da Silva Figueredo³ Vicente de Paulo Santos Oliveira⁴

Resumo

No processo formulador de uma política ideal o conceito de mudanças climáticas e uma gestão ambiental eficaz seguem como fonte de vários fatores sociais e econômicos presentes na sociedade atual. A gestão ambiental nunca pode ser entendida como neutra, pois essa possui seus custos e benefícios, que envolve o modo de produção vigente (Capitalista), onde nesse mesmo processo que se perpetuou e sempre se moldou as necessidades da sociedade, que são empregadas nos dias de hoje. Vive-se, através de um longo processo histórico, um fundamento baseado no consumo extensivo de bens de produção, que, conseqüentemente atinge de forma direta ou indireta os recursos naturais, sendo estes, o ponto de partida para o processo de produção, assim, utilizam-se o meio natural como matéria-prima. Assim, este trabalho tem como objetivo principal discorrer sobre aspectos relacionados à Gestão Ambiental correlacionado as mudanças climáticas e as políticas que estão firmados esses conceitos. A metodologia empregada nesse estudo baseia-se em análises bibliográficas e artigos eletrônicos.

Palavras-chave: Gestão Ambiental, mudanças climáticas e políticas socioambientais.

Abstract

In formulator process of an ideal policy the concept of climate change and effective environmental management following as a source of various social and economic factors present in today's society. Environmental management can never be seen as neutral, as this has its costs and benefits, which involves the existing mode of production (capitalist), where in the same process that was perpetuated and always shaped the needs of society, which are employed in days of today. We live through a long historical process, a plea based on extensive consumer production of goods, which consequently affects directly or indirectly the natural resources, which are the starting point for the production process, thus, to use the natural environment as a raw material. This work has as main objective to discuss aspects related to Environmental Management correlated climate change and the policies that are

1. INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE – Bacharelado em Engenharia Ambiental – gmenezes2011@gmail.com

2. INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE – Licenciatura em Ciências da Natureza

3. INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE – Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo

4. INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE - D. Sc. Engenharia Agrícola

entered into these concepts. The methodology used in this study is based on bibliographic analysis and electronic items.

Keyword: Environmental management , climate change and environmental policies.

Introdução

Alguns aspectos relativos às políticas de gestão ambiental vêm sendo discutidos em meios acadêmicos, tendo como base conceitos históricos que se relacionam a mudanças climáticas, uso extensivo de matéria-prima, degradação do solo e água, poluição atmosférica entre outros fatores que relevam a utilização dessa ferramenta.

Um dos grandes responsáveis pela delimitação para construção de uma gestão para o meio em que se emprega o contato entre homem e natureza foi gerado desde os primórdios da humanidade, nesse intuito, houve uma falha de perspectiva em que o homem se emprega como ser dominante da natureza, havendo este, um uso desordenado, que se intensificou na revolução industrial gerando impactos imensuráveis.

De acordo com Bursztyn e Bursztyn, 2012:

[...] a revolução industrial causou uma profunda mudança na sociedade agrícola e comercial – que dependia da força muscular humana, de animais e de ferramentas simples – para uma sociedade industrial, baseada em máquinas e fábricas. Esta fase foi marcada por inovações tecnológicas, incremento da capacidade de produção e especialização econômica (Bursztyn e Bursztyn, 2012, p. 71).

Esses impactos decorrentes da utilização desordenada do meio por parte da revolução industrial, intensificada através desse processo produtivo, propiciou uma vasta mudança ambiental antropogênica (Bursztyn e Bursztyn, 2012, p. 71).

Através desse uso descrito acima, uma das questões envolvidas veio à tona, o incremento de recursos não renováveis constituído como fonte energética pelas indústrias deixou para trás as fontes que se descreviam como “renováveis”. Esses fatores decisivos na história proporcionaram um possível esgotamento destes recursos naturais “não renováveis” (petróleo, gás natural e carvão mineral), sendo esses uns dos grandes alvos de discussões no mundo contemporâneo.

Delimitou-se, pela utilização desses recursos não renováveis um grande fator problema, o uso de combustíveis fósseis de forma desordenada e excessiva construiu um grande paradigma atual que é relatado como emissão extrema ou gradativa do composto CO₂ (gás carbônico) e outros componentes que entram como base ou chave para explicar mudanças relativas ao clima, o aceleração do aquecimento global.

Uma das formas que podem ser descritas como eficaz para gerenciar e diminuir esses impactos relacionados ao meio ambiente compreende-se entre políticas de gestão ambiental envolvida e correlacionada as políticas de mudanças climáticas.

Gestão Ambiental e suas iniciativas à sustentabilidade

Para compreender os caminhos que podem ser levados a um efeito de “sustentabilidade”, pensasse que a gestão dos recursos (gestão ambiental) pode garantir ou levar a um ideal de que a hipótese de usarmos o meio ou os recursos de maneira controlada poderá um dia minimizar ou diminuir os impactos decorrentes a estes recursos naturais.

O enfoque deste se da pelo ato conflitante de que a produtividade onde se imperam um mundo voltado a mais valia (capitalista), onde destrói a ideia de que a sustentabilidade poderá se introduzida na sociedade, e assim a dois caminhos opostos em que de um lado descrevesse o mundo sustentável e do outro, um mundo produtivo.

Segundo Quintas, 2009:

Portanto, a prática da gestão ambiental não é neutra. O Estado, ao assumir determinada postura diante de um problema ambiental, esta de fato definindo quem ficará, na sociedade e no país, com os custos, e quem ficará com os benefícios advindos da ação antrópica sobre o meio, seja ele físico, natural ou construído (QUINTAS, 2009, p. 53).

A partir desses patamares estabelecidos na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo em 1972, passou-se a pensar em minimizar os impactos ambientais relacionados às ações deliberadas (ações antrópicas), tendo como exemplo a emissão de gases na atmosfera como um dos fatores preocupantes. Essa concepção descreveu no mesmo que a um grau de necessidade que a economia não declinasse e nem estagnasse e sim tivesse um acréscimo mais havendo uma objeção de que os recursos a serem utilizados não fossem degradados, tendo como interesse a busca pelo enfoque sustentável.

Contendo várias assembleias constituídas como importantes para elaboração de uma sociedade em geral mais sustentável, foi feita também a Rio 92 na qual teve como objetivo a elaboração de medidas a diminuir ou mesmo reverter diversos impactos ambientais provocados por ações antrópicas em diversas partes do mundo como descreve e afirma Bursztyn e Bursztyn, 2012, no qual ficou estabelecido que essa conferência abordasse cerca de nove problemáticas ambientais relacionando-as com o modo de vida da sociedade.

Para o autor Quintas, 2009:

É no contexto da crise que surgem as conferências internacionais, numa tentativa de os países membros da ONU negociarem uma agenda de compromissos, para lidarem com os chamados problemas ambientais globais de modo articulado. Com esta perspectiva são assinadas duas principais convenções internacionais: a de Mudanças Climáticas e a da Proteção da Biodiversidade durante a Rio-92 (QUINTAS, 2009, p. 38).

Sendo assim, aspectos relevantes à sustentabilidade e a gestão ambiental são frequentemente palco de discursões globais durante as conferências com intuito de promover o possível “desenvolvimento sustentável” em meio a uma sociedade de consumo elevado que possui um modo vigente que fomenta esse “consumismo” (modo de produção capitalista).

Políticas empregadas a Gestão Ambiental

Seguindo um âmbito em que se há um grau de necessidade a estabelecer uma política eficaz aos meios naturais e compreende-los em vista ao modo econômico que, sendo os recursos naturais utilizados, tornou-se a necessidade de criar um artigo na Constituição Federal relacionado ao meio ambiente e suas problemáticas, sendo este o 225/88.

Como afirma Quintas, 2009:

O artigo 225 da Constituição Federal, ao estabelecer o “meio ambiente ecologicamente equilibrado” como direito dos brasileiros, “bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida”, também atribui ao “poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para os presentes e futuras gerações” (QUINTAS, 2009, p. 48).

Essas políticas empregadas a partir desses conceitos compreendem também as ferramentas para a gestão ambiental no âmbito social e econômico. Que destas se destacam as legislações ambientais, nas quais, atingem tanto as esferas internacionais, quanto nacionais e regionais que fomenta a correlação entre os danos ambientais, a responsabilidade sobre esses danos, a preservação contendo algumas diretrizes como a do princípio da precaução, a do poluidor-pagador, avaliação dos impactos ambientais, entre outros.

A partir das leis voltadas aos recursos ambientais e conferências internacionais, foram desenvolvidos alguns instrumentos para uma gestão correta, tendo a agenda 21 como um dos documentos, sendo um meio utilizado para o desenvolvimento no foco a sustentabilidade em âmbitos global, nacional, regional, local contendo também o envolvimento de empresas.

Variações climáticas e seus efeitos ao meio socioambiental

Um dos grandes intentos hoje que se entende como mudança climática pode ser descrito como um efeito bumerangue em que a sociedade vive e enfrenta, numa escala global que gera uma sensação assombrosa, pelo fato de que distinguem quais são os motivadores ou agravadores do mesmo, e se a uma ferramenta capaz de revertê-lo ou mitigá-lo, levantando assim, questões polêmicas que se confundem ao explicar o real motivo dessas mudanças, se estas são agravadas pela ação antrópica ou não. Neste caso, relata-se que a ação do homem ao meio que ele vive, sendo esta direta ou indireta, tem revelado um efeito nocivo ao mesmo, prejudicando o meio ambiente.

Um dos paradoxos descrito por Giddens, 2010, é que muita das fontes de combustíveis fósseis que são utilizadas tem vivido um momento de se pensar em que se essas estão sofrendo um esgotamento ou uma diminuição? Que dessa forma, trouxe uma apropriação exagerada e desordenada do mundo, através de processo históricos ocasionando uma dependência de três fontes ou matrizes energéticas, sendo estas o petróleo, gás natural e carvão onde entram como fomentadoras das mudanças climáticas.

Uma das formas que vem sendo exemplificada como funcionais e inovadoras, são as “energias renováveis”, mais as que predominam hoje como “renováveis” são as energias eólica, solar e das ondas e hidrelétricas. Mais, outro questionamento é que, a mudança da matriz energética em escala mundial depende que? Pois muitos insumos produzidos ainda vêm do petróleo, havendo assim, um paradigma entre capital e meio ambiente.

Como relata Giddens, 2010:

As controvérsias em torno do pico do petróleo são tão intensas quanto as referentes ao aquecimento global e, a rigor, os dois debates se assemelham estreitamente. [...] (GIDDENS, 2010, p. 61)

Pode-se compreender que as delimitações que giram em torno do processo produtivo se torna mais importante do que as questões envolvendo as mudanças climáticas que esse meio sucede, contendo assim o ceticismo a essas mudanças. Ressalta-se nessa questão a grande problemática vigente de que ocorre um fato opositor as questões climáticas que conseqüentemente recai na produção maçante de derivados fósseis, e que assim, elevam ainda mais as mudanças climáticas, agravando a interferência do homem no meio.

Deste modo, levou-se em conta o fato recorrente de que a utilização de novas tecnologias seria um enorme passo para mudança de um estado prioritário da dependência do petróleo, para outro, sendo a suficiente entre energias diferenciadas, empregadas ao avanço tecnológico, que assim as mesmas sucedem como “fontes renováveis”.

De acordo com Giddens, 2010:

A literatura sobre as tecnologias ligadas à mudança climática é um campo minado de afirmações e contra-afirmações. Todas as tecnologias oferecidas têm seus entusiastas, que gostam de asseverar que a de sua escolha é mais avançada do que pensa a maioria das pessoas. Cada uma tem também seus detratores e, para usar um termo conhecido, seus céticos. [...] (GIDDENS, 2010, p. 167)

Assim, vale ressaltar que o avanço esta inerente à sociedade, e que a redução de gases formuladores da mudança climática, seus detentores e promulgadores, estão anelados num âmbito social de maneira globalizada, que se torna assim, uma responsabilidade de todas, não

somente de alguns, em suas etapas de alcance, unindo informações a respeito. Que desses fatores cercam as implicações que essas mudanças têm implantado na vida das pessoas, desde a saúde fragilizada, ao cotidiano, comprometendo e declinando.

Políticas empregadas às mudanças climáticas e seus meios de intervenções

As mudanças climáticas que são decorrentes de efeitos naturais, tem se agravado nos dias de hoje por algumas das ações, descritas por especialistas como antropogênicas. Neste caso, viu-se a necessidade de que houvesse uma mudança estrutural política, compreendida como uma reforma das leis, envolvendo um ideal subjetivo de resolvê-los ou minimiza-los por meio de alguns instrumentos que se tornam essenciais para o governo.

De acordo Bueno, 2011:

Em nossas cidades, temos visto gravíssimas situações de vulnerabilidades socioambientais, risco iminente principalmente de deslizamentos, desbarrancamento de margens de cursos d'água e inundações, tragédias sazonais, que se agravam em número de locais e número de populações atingidas. Somente recentemente foram viabilizados alguns sistemas de detecção da dinâmica climática e alerta, que dependem, entretanto, não só da complexa ciência da meteorologia e climatologia, mas sobretudo da capacidade de estruturas capilares que cheguem às pessoas em risco. Essa escala do local, do bairro, da comunidade dependerá muito da qualidade das estruturas locais- municipais, já sobrecarregadas e ineficientes (BUENO, 2011, p. 8).

Um dos instrumentos descrito por Giddens, 2010, em seu livro é a utilização das inovações tecnológicas fomentadas e estimuladas pelo governo como forma de minimizar ou tentar extinguir a utilização de um bem não durável como os combustíveis fósseis, mesmo que esses tipos de tecnologia tenham um valor econômico elevado.

Outro instrumento relevante empregado nas políticas de mudanças climáticas são as ecocidades, na qual, essas são autônomas quanto a sua eficiência energética e tecnológica, tendo uma autossuficiência em sua região.

Partindo assim, do princípio do ecodesenvolvimento que trazendo para os dias de hoje como desenvolvimento sustentável, caracteriza-se como uma alternativa política ao desenvolvimento econômico a fim de conciliar diferentes pontos de vista.

Considerações finais

Analizados essas ocorrências, muitas coisas cercam a respeito desse tema em que se pode compreender através das mudanças climáticas, que deve-se ter uma gestão eficaz do meio em que habitamos, pois através dela, muitos fatores decorridos poderiam ser evitados, ou minimizados.

Em meio à política envolvida, a análise é constante, pelo fato de que as variações decorridas das mudanças climáticas são empregadas a todo o momento, em que essa alteração sucedeu a uma resposta do meio natural de forma imprevisível, ressaltando o questionamento à que pontos estaremos no futuro.

Exemplificando também, que a prioridade muitos não esta e um meio social e econômico voltado a obtenção de recursos de maneira que não haja em si, uma degradação ou poluição do meio, e sim, uni fatores que cercam um Estado, fomentado ao capital, que remetem caminhos oposto a um intuito de “sustentabilidade”, pois o foco se da no presente, e que a geração de riquezas econômicas é de extrema importância não havendo circunstâncias relativas ao mundo sustentável, ou de forma mais clara, e melhor ter “capital” do que um meio “ambiente sadio”.

Referências bibliográficas

BUENO, L. M. M. *Cidades e mudanças climáticas: limites da política pública para a sustentabilidade urbana*. Disponível em: < http://www.elecs2013.ufpr.br/wp-content/uploads/anais/2011/2011_artigo_045.pdf>.

BURSZTYN, M.; BURSZTYN, M. A. *Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável*. - Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

QUINTAS, J.S. “Educação no processo de gestão pública: a construção do ato pedagógico”. In: Carlos Frederico Bernardo Loureiro, Philippe Pomier Layrargues, Ronaldo Souza de Castro (Orgs.) *Repensar a educação ambiental: um olhar crítico* – São Paulo: Cortez, 2009.

GIDDENS, A. *A política da mudança climática* -Rio de Janeiro: Zahar, 2010.